

Epígrafes romanas de Loulé – histórias antigas por desvendar!

José d'Encarnação

Epígrafes romanas de Loulé – histórias antigas por desvendar!

José d'Encarnação – Universidade de Coimbra

No volume da *Carta Arqueológica de Portugal* coordenado por Teresa Marques, da iniciativa do então Departamento de Arqueologia do IPPAR, publicado com data de 1992, dedicado, entre outros, ao concelho de Loulé, escreve-se, na p. 185, em jeito de introdução às páginas que tratam dos vestígios arqueológicos deste concelho (até à p. 263):

«Zona rica em vestígios arqueológicos, com cerca de sessenta estações referenciadas, de que se destacam as necrópoles da Idade do Ferro e as *villae* romanas».

Salienta-se que Cerro da Vila «apresenta particular interesse» e, depois, no rol dos sítios romanos, pergunta-se (p. 201) se terá sido romana a sepultura de Águas Frias (Alte); de Fonte Santa, em Alte também, apontam-se «referências a uma construção abobadada e restos de canalização», acrescentando-se que «actualmente só são visíveis fragmentos de cerâmica à superfície» (p. 205); assinala-se que, na mina da Atalaia, foi «encontrada cerâmica romana» (p. 205); em Salir, numa necrópole já destruída, «foi encontrada uma inscrição votiva» (p. 209); da Quinta do Freixo registam-se «vestígios do povoado romano» (p. 209); do Serro dos Negros (Salir), provém «um pequeno galo de bronze» (p. 209); na Torrinha (Salir), houve uma necrópole romana (p. 209); já está destruída a necrópole da Azinhaga do Monte Júlia (p. 217), assim como a de Alcaria (Boliqeime) (p. 221) e, também, a sepultura identificada em Benafim (p. 225); desconhece-se se serão realmente romanos o povoado ou necrópole de Palmeiros (Salir) (p. 229); em Fonte Morena (Salir), houve uma mina de ferro (p. 229); a destruída necrópole de Cerro Alto (Boliqeime) poderá ter sido romana (p. 233); aceita-se como romana a ponte de Tor (p. 237); de Torres de Apra (S.

Clemente), «referências à existência de uma inscrição votiva, artefactos metálicos, vidros e objectos de adorno» (p. 237); na Retorta (Boliqeime), uma *villa* e uma necrópole (p. 241); romana é igualmente a ponte dos Álamos (Cova, S. Clemente) (p. 245); na Fazenda do Cotovio, «restos de uma canalização e inúmeros fragmentos de cerâmica e vidros» (p. 245); em Alfarrobeira (S. Clemente), «tanque de rega, restos de canalização e fragmentos cerâmicos», tudo já destruído (p. 245); mesmo em Loulé, uma inscrição, cerâmica *terra sigillata* e «um bronze figurativo representando um legionário» (p. 245); na p. 249, cita-se Vilamoura, «cetárias e outras ruínas submersas pelo mar» em Quarteira; em S. João da Venda (Almansil), «um lagar e uma *cella vinaria* com grande número de ânforas», assim como «vestígios de uma necrópole» (p. 253); junto à Praia de Vale do Lobo «afloram» «vestígios de construções», pertencentes mui provavelmente a uma *villa* (p. 257); na Quinta do Lago, um «complexo industrial» situável na época romana e verosimilmente aproveitado em tempo de Árabes.

Na obra *Arqueologia Romana do Algarve*, de Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos, sempre de referência quando se fala do Algarve romano, o concelho de Loulé é tratado expressamente no II volume (Lisboa, 1972), p. 133-160, e foram, sem dúvida, essas páginas que também nortearam boa parte da investigação que levou ao rol que tomei a liberdade de acima discriminar. Daí se poderá respigar como um dos passos mais significativos em relação a Loulé a nota de que, na Retorta, «deve ter existido uma importante povoação romana» (p. 133), sobre que a autora gostaria «de ter desenvolvido o estudo» (p. 138), atendendo à relevância dos vestígios de que tinha conhecimento (fragmentos de mosaico,

por exemplo). Nas conclusões da sua pesquisa (p. 393-403), sumaria os aspectos fundamentais em vários domínios (distribuição da população, meios de comunicação, economia, vida social e costumes...), afirmando, por exemplo, no âmbito da religião, que «o culto das divindades oficiais do panteão greco-romano foi firmemente implantado, a ponto de não se terem encontrado sinais de cultos pré-romanos» (p. 401).

Sirvam-nos estes elementos como base para uma reflexão, ainda que sumária, acerca do que se sabe e se ignora da estada dos Romanos no território hoje pertencente administrativamente ao concelho de Loulé.

E se os dados atrás exarados nos dispensam de considerações de ordem arqueológica, também nos induzem, por outro lado, a perguntar:

«Afinal, uma zona rica, mas... para além desses vestígios arqueológicos, na sua maioria ainda por explorar convenientemente, que poderemos dizer acerca desses nossos antepassados?».

Nesse aspecto, os monumentos epigráficos continuam a constituir uma fonte primordial de informações, porque, em singelas linhas, muitas vezes truncadas já, se resume uma mensagem pensada, intencional.

Antes, porém, de prosseguir, permita-se-me:

1º – Que realce a importância excepcional que detêm as investigações recentemente levadas a cabo no Cerro da Vila, a confirmar quanto o sítio gozou de prestígio na época romana, em todos os aspectos.¹

2º – Que António José Nunes Pinto, na sua obra *Bronzes Figurativos Romanos de Portugal* (Lisboa, 2002), confirma (p. 198) que se encontra perdido o rasto da estatueta de legionário de que atrás se falou. Acrescentarei que, mui provavelmente, não seria representação de legionário mas sim de divindade

em traje guerreiro, Marte, por exemplo. No entanto, Nunes Pinto descreve em pormenor o galo de Serro dos Negros (nº 96, p. 233), que ora se encontra na Casa-Museu de Mário Saa (Ervedal, Avis), dele afirmando, nomeadamente: «A agressividade expressa na sua configuração denota um poder de observação que o bronzista soube transmitir com veracidade e bom gosto decorativo» – o que o leva a considerá-lo um «trabalho de primorosa época romana».

3º – Toda a zona de Apra (já o demos a entender, a propósito do fragmento epigrafado daí proveniente?) merece grande atenção.

4º – Finalmente, acaba de saber-se que da Quinta do Freixo proveio o bonito altar funerário que se expõe no Museu Municipal de Silves, doado àquela Câmara Municipal por vontade do benemérito silvense Manuel de Sousa (1904-1973), doação aceite por deliberação camarária de 5 de Março de 1973. Tivemos ocasião, a Dra. Maria José Gonçalves e eu próprio, de sobre ele dar uma primeira notícia no V Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 25/27-10-2007), mostrando como não apenas o requinte literário do texto como da molduração indiciam uma população bem entrosada já nos modelos artísticos romanos.

Na verdade, o que – debruçando-nos, agora, de modo particular, sobre os monumentos epigráficos dados como achados no território louletano – nos pesa é verificar que parte significativa deles foi, em tempos remotos já, reaproveitada em construções. Desconhecia-se-lhes o eventual interesse histórico e, por isso, não se hesitou em, com o camartelo, se desbastar ornato que 'estava a mais' para o melhor aparelho do muro.

Aliás, esse aspecto sugere uma reflexão que, ainda que susceptível de discordância, se nos afigura passível de aceitação: não poderá essa reutilização sistemática

¹ Cite-se, v. g., TEICHNER (Félix), «Cerro da Vila – aglomeração secundária e centro de produção de tinturaria no sul da Província Lusitânia», *Xelb* 5 2005 85-100 (com mais bibliografia).

² Cf. ENCARNACÃO (José d'), «A história de uma escrava romana», *Al'ulyã* 8 2001-2002 23-33.

significar que, em vez de irem buscar pedra a outros locais,³ a retiravam dos abundantes «muros antigos» que por ali havia e que não eram valados de divisão de propriedade, mas sim de casebres e ruínas d'outrora, sem qualquer outro préstimo?...

Uma atenção maior às casas antigas que se remodelam – no campo e também nos aglomerados urbanos – torna-se, portanto, essencial no âmbito da preservação de uma memória que por aí anda escondida.

Um altar aos Lares

Está hoje no Museu Nacional de Arqueologia [=MNA] (Inventário: nº E 6418), o fragmento de um altar, de calcário fossilífero creme, que Estácio da Veiga identificou «na parede de uma casa» em Apra e que, por conseguinte, dali retirou para o núcleo do que pensava vir a ser o seu «Museu do Algarve». Dele fez um decalque, que remeteu a Emílio Hübner, o epigrafista alemão que estava a preparar o *Corpus* de todas as inscrições romanas peninsulares⁴. Hübner deu-se logo conta das dificuldades de leitura – e, conseqüentemente, de interpretação – que o monumento apresentava:

«V. 5 in lapide vix distinguitur, in ectypo litterae duae, quas Veiga vidit, satis clare apparent. Sequitur fortasse sextus versus, nisi margo est arae ornatus foliolis insculptis».

O que quer dizer:

«Mal se distingue, na lápide, a linha 5; no decalque, aparecem assaz claramente duas letras, que Veiga viu. Seguir-se-lhe-ia, quiçá, uma sexta linha, a não ser que se trate da moldura da ara ornada de folhinhas esculpidas».

No que temos, hoje, no MNA, não nos permite tirar

nenhuma ilação a respeito da decoração da moldura, porque tudo desapareceu, de facto. Há apenas quatro linhas e, sob a 4ª, o filete que limitava o campo epigráfico. Não nos repugna – e aqui aduzimos o exemplo da ara da Quinta do Freixo atrás referida, em que a fórmula final também está fora do campo epigráfico propriamente dito – que ali tivesse estado a fórmula dedicatória; mas, por mais que se tente adivinhar, não há vestígios de traços de letras nas múltiplas escoriações que a pedra sofreu (Foto 1)⁵. De qualquer modo – e ainda usando como exemplo a ara da Quinta do Freixo – a hipótese, sugerida por Hübner, de decoração vegetalista não é de rejeitar liminarmente.

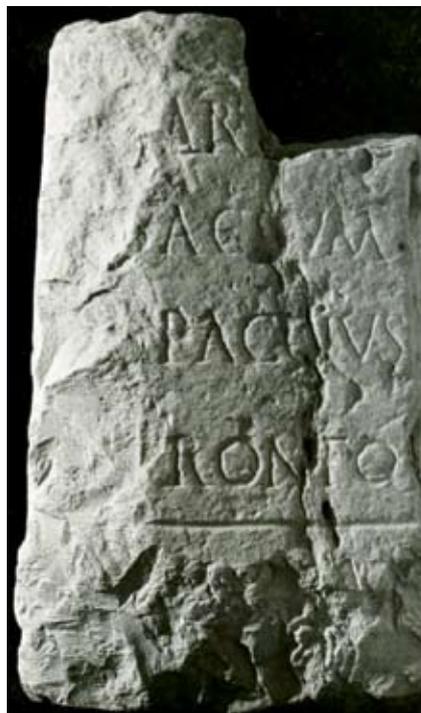


Foto 1

O que resta do texto mostra uma paginação muito cuidada, com prévias linhas de pauta para mais adequada arrumação das palavras. O modo como os

³ Recordamos a existência de boas pedreiras bem perto, nos Funchais, por exemplo, e a tradição que ainda hoje ali se mantém do trabalho da pedra.

⁴ HÜBNER (Emílio), *Corpus Inscriptionum Latinarum – II* (= CIL II). Berlim, 1869. Suplemento, 1892. [Nas citações indica-se o número da inscrição].

⁵ Quando publiquei esta epígrafe, escrevi: «A existência dum l. 5 onde estaria a fórmula votiva poderá ser sugerida por alguns traços visíveis aqui e ali, nomeadamente à direita onde parece clara a haste da esquerda dum V: preferimos nada reconstituir – não seria a primeira vez que uma inscrição votiva não tinha fórmula final e, por outro lado, os espaços interlineares são tão grandes que teria sido possível, encurtando-os, incluir uma última linha no campo epigráfico». (IRCP 62 = ENCARNÇÃO, José d', *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, inscrição nº 62).

caracteres foram desenhados sugere uma datação da primeira metade do século II da nossa era.

A palavra SACRVM, na linha 2, não oferece dúvidas: estamos perante uma inscrição votiva. Na 1ª linha, figura, portanto, o nome da divindade, de que apenas, claramente, se lê AR. Hübner (CIL II 5135) sugeriu, por conseguinte, a reconstituição [L]AR[IBVS], «aos Lares». Borges de Figueiredo preferiu: [M]AR[TI AVG(*usto*)], «a Marte Augusto».⁶ Em 1984, escrevi:

«A seguir ao R há um ponto; parece-nos que a fractura ocorreu depois pela perna esquerda dum V; no final, não é claro que o traço seja a parte inferior dum S; é, pois, arriscada qualquer hipótese de reconstituição do teónimo».

E acrescentei, em nota:

«Se não houvesse o ponto, a sugestão LARIB(*us*) • AVG(*ustis*) era tentadora. A palavra *sacrum* por extenso dá a entender que o teónimo também assim estaria: muito provavelmente, uma divindade clássica do panteão romano».

O mais 'prático' seria, nesse contexto, considerar que o «ponto» nada mais é que o resultado dos maus tratos que a pedra sofreu; ler-se-ia, assim e apesar de todas as objecções, a palavra [L]AR[IBVS], «aos Lares», que se ajusta ao espaço disponível,⁷ invocação de que há outros exemplos⁸, ainda que o mais habitual seja especificar-se, de seguida, a entidade (etnónimo ou topónimo) de que os Lares em causa são protectores.

Esta discussão parece meramente académica, mas

não o é. Sim, deixámos de parte a hipótese de Borges de Figueiredo – [M]AR[TI AVG(*usto*)] – por não caber no espaço disponível, e inclinámo-nos mais para uma invocação aos Lares, que se enquadra bem no contexto cultural do Algarve romano. De facto, Jorge Alarcão, Robert Étienne e Georges Fabre, ao estudarem as dedicatórias a este tipo de divindades então conhecidas⁹, concluíram, a propósito da sua distribuição, que é ao norte do rio Douro (Galícia, Astúrias, Cantábria) que se verifica a maior concentração de dedicatórias aos Lares tópicos, ou seja, de carácter local, o que não admirava, dado tratar-se da «região mais recentemente conquistada, menos romanizada», «um território ocupado por tribos celtas cujo regime social estava baseado num particularismo muito vincado» (p. 227). Em contrapartida, as dedicatórias aos Lares augustos (ligados, consequentemente, à figura do imperador) ou aos Lares sem qualquer epíteto predominam nas cidades da Hispânia Citerior e, de modo especial, nas da Bética, «que manifestam, assim, o seu grau de romanização» (p. 228). Na Lusitânia, a ocorrência deste culto romano era menos frequente – e, entre os escassos exemplos citados, é referida a inscrição de Apra, seguindo os autores, naturalmente, a interpretação sugerida por Hübner.

O dedicante do altar é *Paccius Fronto*, Pácio Frontão, nomes bem latinos perfeitamente identificáveis nas linhas 3 e 4. A escoriação levou a inicial do seu primeiro nome (*praenomen*): «Apesar dum leve traço como que da parte inferior direita dum S, não nos é possível reconstituir» esse prenome, escrevi em 1984, ainda que, depois, no índice (IRCP, p. 864), tenha posto dubitativamente¹⁰ a hipótese de lermos C, de *Caius*. Não é obrigatório, naturalmente, que este Pácio

⁶ FIGUEIREDO (A. C. Borges de), «Inscrições latinas do Algarve», *Revista Archeologica e Historica* III 1889 p. 120, nº 4.

⁷ Essa é também a versão de José Leite de Vasconcelos: *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, III, 1913, p. 291-292, fig. 136; e a de T. Scarlat Lambrino, «Catalogue des inscriptions latines du Musée Leite de Vasconcelos», *O Arqueólogo Português*, nova série, 4, 1962, p. 282-283.

⁸ Cf. ILER 592, de Villamanta (Madrid) e 594, de Cáceres. ILER são as siglas por que se identifica a obra, de José Vives, *Inscripciones Latinas de la España Romana* (= ILER). Barcelona, 1971 e 1972 (índices). O número refere-se à inscrição.

⁹ ALARCÃO (Jorge), ÉTIENNE (Robert) e FABRE (Georges), «Le culte des Lares à Conimbriga (Portugal)», *Comptes Rendus de l'Académie des Inscriptions & Belles-Lettres*, Paris, 1969, p. 213-236 (sobretudo, p. 223-228). Essa mesma opinião, a propósito de este tipo de dedicatórias não ser frequente nem no Sul nem na fachada mediterrânica da Península, expressaram ÉTIENNE (Robert) *et alii*, in «Les dimensions sociales de la romanisation dans la Péninsule ibérique des origines à la fin de l'Empire», comunicação publicada no volume *Assimilation et Résistance à la Culture Gréco-Romaine dans le Monde Romain*, Bucarest/Paris, 1976, p. 103: «[...] As influências religiosas dos diversos conquistadores aniquilaram em larga medida as expressões locais do divino e é isso que explica que essas regiões tenham acolhido favoravelmente – e isso desde Augusto – os Lares augustos ou os Lares romanos».

¹⁰ Segui, nesse ponto, a sugestão de T. Scarlat Lambrino.

tenha familiares, por exemplo, em *Balsa*; contudo, não poderemos deixar de referir que, nessa cidade, dois dos libertos que prestam homenagem a três membros da importante família Rutília são Lúcius Pácios (IRCP 80); não seria, pois, ousadia fazer 'entroncar' também nessa família este Frontão, que, neste caso, se designaria Lúcio Pácio Frontão, sendo esse modo de identificar, inclusive por se omitir a filiação, passível de o incluir no rol dos libertos ou dos indígenas romanizados.¹¹ A omissão da filiação pode resultar, na verdade, de duas motivações: ou se tem, de certo modo, 'vergonha' do pai que se teve (por ser indígena ou escravo) ou por se tratar de uma inscrição votiva, pois para a divindade (e para a comunidade) uma identificação mínima bastaria.

Em conclusão: não obstante todas as dúvidas, este altar de Apra demonstra claramente um ambiente bem latino já, na forma como o dedicante se identifica e na divindade que com ele é homenageada, mui provavelmente os Lares, na sua conotação genérica de protectores do território e das pessoas que o habitam, sem especificações.

Uma divindade da caça

Outro monumento epigráfico singular é o que Estácio da Veiga retirou da «torre da igreja matriz de S. Clemente» e que também levou para Lisboa.¹²

Trata-se um altar de calcário biogénico, a que foram desbastados o capitel e a base primitivamente moldurados nas quatro faces, molduração que apenas ficou intacta na face posterior, sob um frontão decorado por singela roseta quadripétala enquadrada por duas volutas (Fotos 2 e 2a).



Foto 2



Foto 2a

¹¹ Ou seja, os naturais da região a quem os pais, já impregnados da cultura romana, decidiram dar três nomes, neste caso todos latinos, próprios do modo de identificação à romana.

¹² Museu Nacional de Arqueologia, inv^o n^o E 6423. Tem como referências bibliográficas praticamente as mesmas que o anterior: FIGUEIREDO 1889, p. 120, n^o 2 (donde passou para AE 1889 181, sendo AE as siglas da revista *L'Année Epigraphique*, publicada em Paris); CIL II 5136; VASCONCELOS 1913 236-237; LAMBRINO 1962 p. 281, n^o 4; ILER 340, 479 e p. 830. Acrescem a estes: CASTELO-BRANCO (Fernando), «Vestígios do culto de Diana em Portugal», *Revista de Guimarães* 69 1959 p. 5 (donde passou para a revista *Hispania Antiqua Epigraphica* 8-11 1957-1960 p. 25) PIERNAVIEJA (Pablo), *Corpus de Inscripciones Deportivas de la España Romana*, Madrid, 1977, p. 46-47. Note-se que, naturalmente, tanto este como o anterior monumento são referidos no vol. II da atrás citada obra de Maria Luísa E. V. A. Santos: o primeiro na p. 155, este nas p. 151-152.

A inscrição lê-se sem dificuldade (Foto 2b) e nela se diz que, em consequência de promessa feita, Fonteio Filomuso colocou, de muito bom grado, esta oferenda (subentende-se) a uma divindade que vem identificada com duas siglas – D e S – logo na 1ª linha, como é normal. E têm sido essas siglas que mais polémica, digamos assim, vêm suscitando.

Não referi, de propósito, que a estas duas outra sigla se segue: outro S. É que parto do princípio – aliás, comumente aceite – de que, à semelhança do que se passa com a esmagadora maioria das inscrições votivas, essa é a sigla de *sacrum*, a palavra que, no monumento anterior, fora gravada por extenso. Aqui, por extenso vem a fórmula dedicatória; e esse é, igualmente, um pormenor curioso, porque se, por um lado, se quer mostrar uma inteligência cabal dos 'signos' vulgarmente utilizados na linguagem epigráfica, por outro parece sentir-se a necessidade de os explicitar por extenso, quando o normal é virem em siglas ou abreviatura.

De inusitado – no âmbito da epigrafia romana do território actualmente português – é o facto de esta ara ter decoração lateral inserta num rectângulo de ranhura: do lado direito de quem olha, o arco de caça (*arcus*, em latim), em relevo, no sentido da diagonal, da esquerda para a direita (Foto 3); do lado esquerdo, praticamente na metade superior, a aljava (*pharetra*, em latim) cilíndrica, com decoração linear, tampa (*operculum*) redondo com *umbo* (pega em jeito de mamilo) e alça pendente (Foto 4). Trata-se de representações muito bem delineadas, a denunciarem um conhecimento perfeito das formas estilísticas e estéticas greco-romanas.¹³

Esses relevos ajudam, obviamente, a decifrar o significado das duas siglas com que a epígrafe se inicia. No fundo, a questão é a seguinte: que divindade poderá ter o arco e a aljava como atributos? E os investigadores têm-se inclinado para a deusa Diana, assaz frequentemente representada como deusa da



Foto 2b



Foto 3



Foto 4

¹³ Ver gravuras 1 a 3, retiradas, com a devida vénia, da obra *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Latines*, de Daremberg et Saglio.

caça e, por isso, com o arco, havendo quem sugira também Silvano, deus dos bosques e, naturalmente, também com atributos venatórios, pois nos bosques há animais para caçar. Se se opta por Silvano, o desdobramento será D(eo) S(ilvano), considerando-se – devido à junção do 'adjectivo' *deus* – a probabilidade de, assim, se estar a dar conta da assimilação deste deus a uma divindade indígena preexistente: a palavra seria necessária para acentuar o carácter divino do teónimo *Silvanus*. Contudo, a maior parte dos investigadores tende a ver no monumento um ex-voto a Diana, a que se acrescentou um atributo – *silvestris*, «silvestre», de preferência.

É essa, agora, a opção que se me afigura a mais verosímil, ainda que continue a pensar que, se o dedicante optou por mandar gravar o teónimo em sigla, era porque desejava manter uma certa ambiguidade: quem estivesse bem dentro do contexto entenderia o que se queria dizer, quem não estivesse poderia entender outra coisa – e, desta sorte, o ex-voto até ganhava em eficácia, perante os deuses e os homens!...

E se, no território peninsular, vai aumentando significativamente o número de testemunhos do culto a esta divindade,¹⁴ registre-se a ocorrência de uma árula que apenas tem *Dianae sacrum*, «consagrado a Diana», procedente de Silves ou seus arredores e que se mostra no Museu de Lagos (IRCP 57). Pode estranhar-se que essa árula apresente como decoração lateral a pátera e o jarro, «de significado mais funerário que votivo», o que «pode conotar a divindade mais com o culto dos mortos do que com as práticas venatórias» (*ibidem*) ou a devoção à deusa; todavia, como aí acrescentei, «também se poderia ter dado o caso de ser um monumento adquirido num marmorista, preparado previamente para ara funerária».

Polémicas à parte, um dado permanece seguro: estamos, mais uma vez, perante o culto a uma divindade do panteão clássico romano.



Gravura 1



Gravura 2



Gravura 3

¹⁴ Consulte-se, por exemplo, a palavra Diana no sítio <http://www.ubi-erat-lupa.austrogoate.at/hispes/public/index.php> – ainda que surjam pelo meio exemplos que nada têm a ver com a divindade mas sim porque na bibliografia citada o vocábulo aparece, designadamente para referir a obra, de Ana María Vázquez Hos, *Diana en la Religiosidad Hispanorromana I (Las Fuentes. Las Diferentes Diosas)*, UNED, Madrid, 1995. Aproveite-se, a talhe de foice, para recordar que não foram dedicados a Diana nem o templo romano de Évora nem o também chamado «templo de Diana» de Mérida.

A pertença do dedicante à “classe” dos libertos não tem sido posta em dúvida. Apresenta um cognome etimologicamente grego (*Philomusus*), que detém, igualmente, uma forte carga cultural: «philomusus» será o que «gosta das musas», o «artista». Quase apetecia perguntar: conhecendo nós como são naturalmente dadas à poesia as gentes de Loulé e terras circunvizinhas,¹⁵ será Fonteio Filomuso um dos antepassados dos versejadores actuais? Porque não?

Uma palavra ainda para o seu nome de família. Não atingirão a dezena os testemunhos deste gentílico na Península Ibérica¹⁶ e, na Lusitânia, é caso único este. Temos, assim, um *Fonteius Calpurnianus*, quatuórviro, em Carmona (CIL II 1379); em Tarragona, o eminente cavaleiro *L. Fonteius Maternus Novatianus*, «*aediliciis honoribus ab ordine donato*», foi duúnviro, questor, flâmine da província da Hispânia Citerior, «*exornatus equo publico*» (CIL II 4216) «*equo publico donato ab Imperatore Nerva Augusto*» (CIL II 6095); *M. Fonteius Novatianus* (?) dedica uma epígrafe a Apolo, em Caldas de Montbuy (CIL II 4487); em Valência, *M. Font(eius) Antitheus et Antonia Onesicratia viventes fecerunt sibi et suis* o seu epitáfio e monumento funerário (CIL II/14, 60). Em suma, gente ilustre, a que certamente *Philomusus* não foi alheio e não duvidaremos que outros documentos acerca desta família se deverão encontrar ainda, encastrados pelos muros de antigas construções.

Um reaproveitamento... curioso

Decerto também nalgum muro esteve a ara (IRCP 63) que Leite de Vasconcelos terá identificado em casa do pároco de Salir e de que mandou notícia a Hübner em Janeiro de 1898, tendo-a publicado n' *O Archeologo Portuguez* (V 1900 p. 42). A superfície epigrafada está muito gasta (Foto 5), sendo, porém, clara a palavra VOTVM, indício explícito de que estamos perante mais um ex-voto, sem possibilidade, todavia, de sabermos a



Foto 5

que divindade. Não vamos, por isso, dedicar-lhe, aqui, mais do que estas linhas.

Curiosa é, ao invés, a pequena epígrafe achada por Estácio da Veiga no sítio da Retorta, freguesia de Boli-queime.¹⁷ De calcário conquífero de pátina amarelada, ostenta sobre a cornija um capitel com grinalda esculpida nas quatro faces (Foto 6). A semelhança com o texto de *Fonteius Philomusus* é flagrante: (...) *ex voto animo libens posuit* (Foto 6a). Aliás, foram decerto ambos os monumentos «encomendados à mesma oficina pelo mesmo cliente»; mas, apesar disso – já o referíamos em 1984 e mantemos – «não é obrigatório que os dois monumentos tenham sido dedicados à mesma divindade»; aliás, «o facto de a decoração ser diferente pode abonar exactamente a favor de divindades diferentes», ao contrário do que Hübner sugeriu (CIL II 5137). Não temos, hoje, dúvidas quanto a essa

¹⁵ S. Brás de Alportel, por exemplo, e estamos a recordar o nosso António Aleixo...

¹⁶ Recorri, para o efeito, à base de dados citada na nota 14.

¹⁷ Não se refere aqui a bibliografia do monumento, remetendo, desta feita, para o estudo publicado em 1984 (IRCP 59).



Foto 6

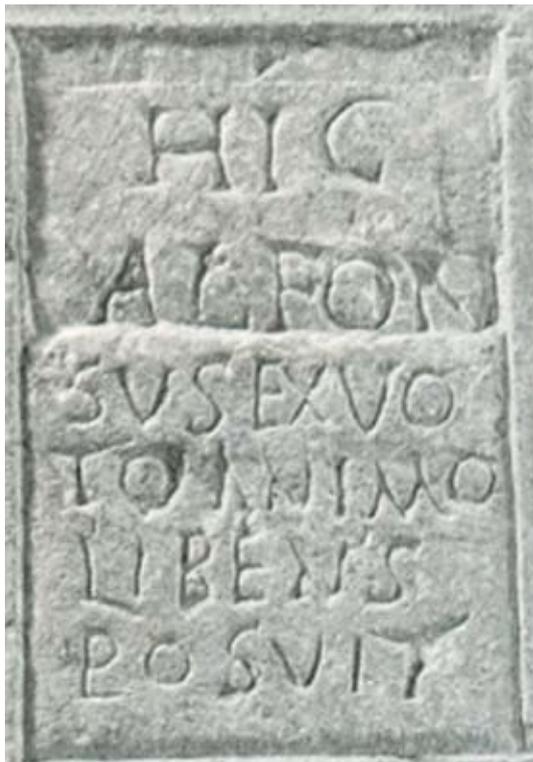


Foto 6a

probabilidade, designadamente por se encontrarem no mundo romano exemplos semelhantes. E não precisamos de ir muito longe, porque temos prova disso no «construtor de templos» a Vitória, a Vénus, a Marte e ao Génio do Município, Gaio Cântio Modestino.¹⁸

Curioso é, no entanto, o que sucedeu ao monumento: «Adulterado nas duas primeiras linhas por um pintor que pretendeu adaptá-lo à sepultura de um filho», escreveu Estácio da Veiga a Hübner, quando lhe mandou o decalque da epígrafe. Interessante será verificar se, nos manuscritos de E. da Veiga, vem alguma informação mais a este propósito, pois que conheceria o pintor algo acerca da fraseologia epigráfica latina, dado que sabia que *hic* significava «aqui» e latinizou de forma popular (com F e não com PH) o nome de seu filho, Afonso. Por outro lado, o reaproveitamento de um monumento votivo para pedra tumular igualmente implica conhecimentos...

E, na verdade, afigura-se-me que não haveria melhor forma de se concluir esta breve panorâmica pela epigrafia romana de Loulé e do seu termo: vieram os Romanos, e os indígenas, já habituados ao trato com outros povos que por aqui foram passando, depressa absorveram a nova cultura; também o pintor da Retorta (ainda que se não saiba de que época foi) aproveitou o que viera de antanho, mantendo o carácter sagrado de uma singela pedra com letras, cujo inteiro significado desconhecia mas que soube respeitar.

¹⁸ Cf. de Vasco MANTAS: «Evergetismo e culto oficial: O construtor de templos C. *Cantius Modestinus*», *Religio Deorum*, Barcelona, (1992), p. 239-249; «C. *Cantius Modestinus* e os seus templos», *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*, Lisboa (Museu Nacional de Arqueologia), 2002, p. 231-234.